

Os empresários, o entendimento e a perplexidade

Márcio Fortes

A perplexidade que se percebe no meio empresarial nesta passagem 86/87 difere fundamentalmente daquela que nos dominou na primeira metade da década.

Vivemos então um ajustamento a dimensões reais, após a década de desenvolvimento acelerado de 1970. Assistimos a uma perplexidade paralizante, em que os empresários, antes acostumados a um clima de otimismo e à admiração popular por seus méritos e dedicação ao trabalho, fomos cada vez mais considerados beneficiários espúrios e privilegiados do sistema econômico. Observamos com tristeza, a desmoralização do princípio da livre concorrência e a confusão entre a competência e a argúcia empresariais e a mera esperteza.

Custamos a compreender que os movimentos políticos pós-abertura exigiam de nós maior participação pública e desafiavam nossa capacidade de produzir mais e melhor sem a abundância de recursos financeiros de outros tempos.

Mas as qualidades do povo brasileiro são também de seu empresariado e cumprimos o calendário, realizando as opções que se impunham. Pelo lado econômico, trilhando o caminho das exportações que evitou a crise cambial e manteve o nível de emprego. O processo político marcou o período com notável demonstração de maturidade na sucessão do Presidente João Figueiredo, a posse e o exercício do poder pelo Presidente José Sarney.

Vivemos 1986 em meio aos momentos mais marcantes da década. A economia experimentou a heterodoxia e observou novos personagens. Instituiu-se uma nova moeda. A população elegeu repre-

sentantes à elaboração da nova Constituição.

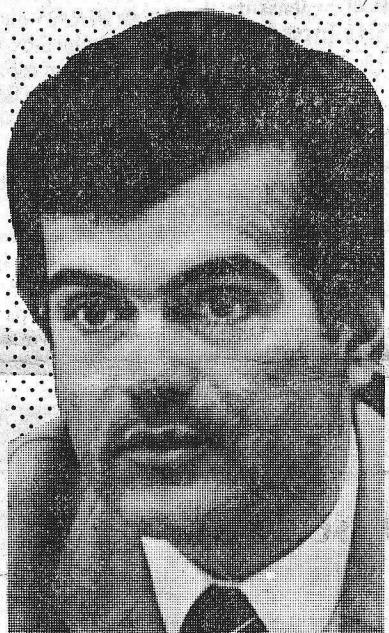
À nova moeda e à nova Constituição devem juntar-se os resultados do Entendimento Social que dá os primeiros passos. São passos que levarão a novos conceitos de Democracia e Desenvolvimento.

Democracia é o reconhecimento legal, institucional, permanente, de igualdade de todos os interesses sociais autênticos. É regra de jogo explícita, nítida, duradoura. É a regra nascida dos embates legítimos entre os interesses legítimos. É liberdade de pensamento e informação, de migração e reunião. É liberdade no exercício das atividades econômicas, no dever de assumir riscos, nas opções de poupar, investir ou gastar.

Democracia e liberdade não distinguem patrões e empregados, governantes e governados, maiorias e minorias. Democracia é a busca permanente da conciliação entre capital e trabalho.

É relevante, portanto, o papel da verdadeira malha de quase 2 milhões de empresas privadas, na maioria médias e pequenas, que, no trabalho diário, realizam o ideal democrático da participação geral, do relacionamento humano interno, da oportunidade para todos. Empresas que são o sustentáculo do próprio processo de desenvolvimento.

O Desenvolvimento é indivisível. Não pode ser econômico e não ser também político, social e cultural. Nem só político, e não ser econômico. Não pode ser de uma classe e não ser de outra, de uma região e não de outra. É a superação sincrônica de todas as estruturas arcaicas. É arcaica a estrutura em que o Estado controla tudo e não deixa espaço para a livre iniciativa dos cidadãos e das empresas, em que as empresas prosperam e os trabalhadores empobrecem.



Márcio Fortes

É olhando o Futuro que vamos também participar do Entendimento. Pois somente a participação ampliada nos levará às soluções. Além disso, os indivíduos, sejam empresários, trabalhadores, banqueiros, ou agentes políticos, sociais e econômicos, como parlamentares, dirigentes sindicais, membros do judiciário, do clero ou dos governos precisam ter participantes nos acordos para se sentirem comprometidos com eles. E os acordos precisam ser cumpridos para inspirar eficiência. É a eficiência que, aliada aos recursos naturais, humanos e tecnológicos do País, gerará mais produção de que precisamos, sem forçar os recursos financeiros, que não temos.

Por seu lado econômico, a crise brasi-

leira tem notórias causas externas, mas elas não são exclusivas. A competente condução das recentes negociações com a comunidade financeira internacional, autorizam-nos a esperar bons resultados no balanço de pagamentos. A limitação de subsídios fiscais e creditícios a setores e regiões que de fato não possam deles prescindir, a constatação de que nos próximos anos só poderemos contar com a poupança interna, a melhoria da distribuição de renda e o aperfeiçoamento do sistema tributário são algumas questões fundamentais que exigem unidade, em torno da condução do País. E que tornam menor a questão da preferência por pessoa, setores ou regiões.

Estamos dispostos a esquecer o passado e viver o momento novo em que uma história acaba e outra haverá de começar. Em que as diversas correntes políticas constroem juntas um poderoso movimento. Esse movimento, deixando de lado os radicais, valoriza a conciliação e repudia a intolerância. Exalta a lisura e deplora a má fé. Compreende a Justiça como um patrimônio geral e não um privilégio de alguns. E fará leis novas e atualizadas. Que falem do novo brasileiro, do novo associativismo, da nova empresa e do novo empresário. Do Novo Brasil, urbano, industrial, intercomunicado, integrado aos outros países. Com classes e regiões menos diferenciadas, um Brasil que não aceite a pobreza e a fome de tantos.

É olhando o Futuro que vivemos a perplexidade do momento. Não é paralizante, é estimulante, pois sabemos que todos os desajustes que nos atordoram são os movimentos necessários às bases de uma nova época de desenvolvimento que todos sabemos que virá e logo, mais aberto, mais distribuído e, portanto, mais justo e duradouro.